

~~IV – Solicitando destaque para debate da matéria em Sessão Ordinária, presencial ou virtual.~~

~~§1º. Na hipótese prevista no inciso II, o(a) representante do Ministério Público de Contas transcreverá, em campo digital disponível, os termos da retificação, mantendo-se os autos em julgamento.~~

~~§2º. Na hipótese prevista no inciso III, o processo será considerado como retirado de pauta de julgamento virtual, podendo receber nova inclusão na Sessão do Plenário Virtual, que venha a contar com a participação de representante do MPCM, que não se encontre em situação de impedimento ou suspeição.~~

~~§3º. Na hipótese prevista no inciso IV, o processo ficará bloqueado para outras manifestações na sessão presente e será considerado como retirado de pauta de julgamento virtual para inclusão em pauta convencional, na primeira sessão ordinária de julgamento, presencial ou virtual, observadas as regras de publicação junto ao DOE/TCMPA, em que se faça presente o(a) representante do Ministério Público de Contas.~~

Art. 6º. Fica alterado o art. 13, da Resolução Administrativa nº 002/2021/TCMPA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. Nas sessões virtuais, os Membros do Órgão Colegiado poderão apresentar manifestação/voto, com as seguintes diretrizes:

I – Acompanhando o Voto de Relator;

II – Solicitando vista dos autos;

III – Solicitando retirada dos autos da Sessão Virtual, para debates em sessão presencial ou apresentação de divergência.

IV – Indicando situação de impedimento ou suspeição.

~~§1º. Na hipótese do inciso II, ao final da sessão eletrônica o processo será considerado retirado de pauta de julgamento virtual e encaminhado ao Conselheiro solicitante, para inclusão em pauta convencional, observada a forma e prazo regimentais, na qual poderá haver discussão sobre a matéria objeto do processo, bem como a retificação ou ratificação dos votos já registrados pelos demais Membros.~~

~~§2º. Na hipótese do inciso III, fica suspensa a possibilidade de voto dos demais Membros, assim como, importará na desconsideração das manifestações até então ocorridas, havendo, ao final da sessão eletrônica o registro de processo retirado de~~

~~pauta de julgamento virtual para inclusão em pauta convencional, na primeira sessão de julgamento presencial ainda não publicada, na qual poderá haver discussão sobre a matéria objeto do processo,~~

~~§3º. Na hipótese do inciso IV, o processo continuará em pauta, para fins de verificação, ao término da Sessão, da manutenção de quórum e conclusão do julgamento, na forma regimental.~~

~~§4º. A ausência de manifestação de Conselheiro, no prazo previsto no art. 8º, acarretará a adesão integral ao voto do Relator, salvo se deixar de votar por motivo de impedimento ou suspeição, ou ainda por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, durante todo o período de realização da sessão virtual.~~

Art. 7º. Excepcionalmente, fica autorizada o novo encaminhamento dos processos constantes da 1ª Sessão de Julgamento do Plenário Virtual, realizada em abril de 2021, cujo julgamento não se fez concluir por retirada de pauta, mediante prévio entendimento entre o solicitante e o relator.

Art. 8º. Ficam inalteradas e ratificadas as demais disposições constantes na Resolução Administrativa nº 002/2021/TCMPA.

Art. 9º. Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 19 de maio de 2021.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO PLENÁRIA

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº 09/2021/TCMPA, de 19 de maio de 2021.

EMENTA: HOMOLOGA O RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS DOS MUNICÍPIOS PARAENSES, QUE DISPÕE SOBRE O MONITORAMENTO DAS AÇÕES PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PELOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ QUANTO À ADOÇÃO DE MEDIDAS SANITÁRIAS, PEDAGÓGICAS, DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR, NO RETORNO ÀS ATIVIDADES DO ANO LETIVO DE 2021, EM ATENÇÃO ÀS



CONDIÇÕES IMPOSTAS PELA PANDEMIA DO “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), INSTITUÍDO NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 06/2021/TCMPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar n.º 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato n.º 23/2020), por intermédio desta Resolução Administrativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO o estado de calamidade pública ocasionado pela pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19) que ocasionou medidas de isolamento social pelos gestores públicos como o fechamento das unidades escolares em todo o país;

CONSIDERANDO o dever constitucional imposto aos gestores públicos municipais em garantir à educação básica obrigatória e adotar políticas e ações necessárias à segurança alimentar e nutricional dos educandos e a transparência de suas ações;

CONSIDERANDO a importância da matéria e os graves prejuízos ao processo educacional, em especial à aprendizagem dos alunos e a possível continuidade da oferta de ensino remoto;

CONSIDERANDO a importância do acompanhamento pelos agentes públicos e pelos órgãos de controle externo e interno das ações que estão sendo implementadas nos municípios de forma a atender todos os alunos matriculados em suas redes de ensino e evitar consequências danosas principalmente aos alunos em situação de vulnerabilidade social;

CONSIDERANDO as sugestões e recomendações emitidas pelas Notas Técnicas do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa CTE/IRB n.º 01, n.º 04 e n.º 06/2020 para o acompanhamento por parte dos órgãos de controle externo das medidas que estão sendo adotadas nos municípios na área da educação para enfrentamento da pandemia;

CONSIDERANDO a publicação da Instrução Normativa n.º 006/2020/TCMPA que dispõe sobre a aprovação da Nota Técnica n.º 06/2020/TCMPA, que estabelece orientações aos Municípios do Estado do Pará, relacionados à implementação de ações na área da educação, para enfrentamento da pandemia vinculada ao “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19);

CONSIDERANDO, ainda, a aplicação do estudo “A Educação Não Pode Esperar” e do levantamento técnico “Diagnóstico da Educação Municipal Diante da Pandemia da Covid 19” e apontamentos fixados pela área técnica deste TCMPA;

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar o Relatório de Acompanhamento de Retorno às Aulas Presenciais dos Municípios Paraenses, elaborado a partir da aplicação de questionário eletrônico e informações declaradas pela origem, na forma da IN n.º 06/2021/TCMPA.

Art. 2º. Fica determinada a adoção das seguintes providências de encaminhamento do Relatório de Diagnóstico, referido no art. 1º, desta Resolução:

I – Juntada de cópia eletrônica, junto aos autos de prestação de contas das Prefeituras Municipais, para o exercício de 2021, servindo de peça informativa ao exercício do controle externo;

II – Encaminhamento ao Ministério Público do Estado do Pará, para ciência de providências de alçada.

III – Publicização junto ao site do TCMPA, para amplo acesso da sociedade civil.

Art. 3º. Ficará a cargo dos respectivos Conselheiro-Relatores, no exercício de suas competências e jurisdição, avaliar os resultados apurados e as medidas subsequentes, junto aos respectivos ordenadores responsáveis, para o exercício de 2021.

Art. 4º. Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data da sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 19 de maio de 2021.

